

# PROPOSTA GLOBAL PARA O X CONGRESSO DA FENPROF

## (PLANO DE ACÇÃO)

### DEVOLVER O PODER AOS PROFESSORES

#### 1 - INTRODUÇÃO

Sendo o Congresso da FENPROF a sua instância máxima, e realizando-se de 3 em 3 anos, compete-lhe analisar a situação dos Professores e do Ensino em Portugal, efectuando o balanço crítico da actividade realizada nos últimos 3 anos, registando o que de positivo foi obtido, procurando determinar as causas dos insucessos, corrigindo erros, traçando linhas de rumo que potenciem as capacidades da FENPROF e dos Sindicatos seus constituintes para enfrentarem **e vencerem** os desafios que continuam a colocar-se aos Professores portugueses – **vitória** só possível com a manutenção e reforço da unidade de todos os Professores.

**Unidade** que permitiu alcançar os resultados já obtidos.

**Unidade** que constituirá a base para novas conquistas – ou reconquistas.

**Unidade** que só se reforçará se cimentada em torno de Princípios Sindicais em que todos os Professores se revejam – Independência, Democracia, Combatividade.

Princípios que terão de se corporizar em Planos de Acção que respondam às mais prementes aspirações e necessidades dos Professores, proponham medidas eficazes de luta (porque só na luta se forja a verdadeira unidade), e garantam que todo o processo reivindicativo será conduzido com transparência e democraticidade – porque só estas assegurarão a confiança e empenhamento dos Professores, garantindo-lhes que o seu esforço não será desvirtuado por interesses estranhos à vontade da Classe.

É a essas necessidades que o presente plano pretende responder. Ele não pretende ser, **e não é, deliberadamente**, um catálogo enciclopédico de problemas e de hipotéticas soluções.

O que este Plano pretende ser, é um **guia para a acção**, apontando os grandes eixos reivindicativos, gerais e sectoriais, e a metodologia a adoptar na acção sindical, assentando nos Grandes Princípios Sindicais que nos norteiam – Independência, Democracia, Combatividade.

A responsabilidade de o aprovar pertencerá aos delegados ao X Congresso da FENPROF – mas a responsabilidade de o analisar e discutir pertence a todos os Professores, que deverão dar indicações claras aos seus delegados ao Congresso sobre o sentido do seu voto.

**Disto depende o Futuro – e desse ninguém pode demitir-se.**

#### 2 - A SITUAÇÃO ACTUAL

Nos últimos meses assistimos a uma aparente mudança de políticas educativas, a qual se traduziu na obtenção de um “acordo” do ME com a FENPROF e com outros sindicatos de professores.

“Acordo” cuja concretização não pode, de modo algum, ser dissociada da fortíssima luta que os Professores desenvolveram, sem cansaço, durante dois anos e que contribuiu decisivamente para a efectiva derrota eleitoral do 1º governo do sr. Pinto de Sousa.

O qual, ao perder a maioria absoluta que o apoiava na AR, se viu forçado a negociar – pela primeira vez desde que assumira funções.

É nesse quadro que deveremos interpretar as mudanças ocorridas no ME.

As quais, embora decorrentes de um governo fragilizado, não deverão fazer-nos esquecer que, no Poder, ou como candidatas a vir a ocupá-lo, existem forças que pretendem liquidar a Escola Pública, enquanto espaço integrador de cidadania e vivência democrática, transformando-a numa escolha de 2ª, reservada aos, cada vez mais numerosos, estratos da população economicamente carenciados, para os quais o Poder pretende um "ensino" desvalorizado e acrítico, que "forme" súbditos e não cidadãos.

Reservando a um segmento seleccionado do ensino privado – **privado, mas largamente financiado pelo Estado** – o papel de "formador" de um pretense escol, ao qual caberia a "missão" de conduzir Portugal rumo a um "desenvolvimento" de contornos obscuros – mas, sem qualquer dúvida, muito pouco democrático.

É claro que, para alcançar este objectivo, tornava-se necessário "domesticar" o único grupo sócio-profissional que, pelo seu número, posição estratégica no Sistema de Ensino, e pelo seu espírito combativo, poderia travar o passo às intenções do Governo – **os Professores.**

E é a esta luz, e não apenas sob o prisma do economicismo, que tem de ser analisada a, aparentemente derrotada, ofensiva governamental contra os direitos sócio-profissionais dos Professores portugueses.

### **3 - PRINCIPAIS PROBLEMAS SECTORIAIS – QUE RESPOSTAS?**

Os problemas com que os Professores se confrontam neste momento, sendo muitos e diversificados, poderão todavia, ser enquadrados em quatro categorias:

- Desemprego docente – 40 000 Professores desempregados
- Condições de trabalho e de ensino
- Gestão das Escolas
- Direitos sociais e laborais

Ácerca de cada um destes conjuntos de problemas, sem cair na tentação de elaborar análises pretensamente exaustivas (na verdade, por muito extensas que sejam, **nunca** serão exaustivas), importa estabelecer ideias claras e firmes sobre **quais os problemas fundamentais** que requerem uma solução rápida.

#### **3.1 - COMBATE AO DESEMPREGO DOCENTE**

- Vinculação Dinâmica dos Professores e Educadores contratados de acordo com a Lei Geral de Trabalho.
- Estabelecimento de um número máximo de 20 alunos por turma.
- Alargamento da rede pública de educação pré-escolar
- Proibição de qualquer tipo de acumulação no ensino (excepto para complemento de horário) ou com outras actividades, enquanto houver Professores desempregados na respectiva área de docência.
- Proibição de atribuição de horas extraordinárias, excepto para complemento de horário
- Obrigatoriedade, para as Escolas Profissionais e Institutos de Formação subsidiados pelo Estado, de contratação prioritária de docentes desempregados
- Passagem para a contratação pelo Estado, através de concurso nacional, dos Professores necessários à concretização das Actividades de Enriquecimento Curricular.
- Criação imediata dos lugares de apoio necessários na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário

→ Reorganização do ensino de segunda oportunidade, garantindo o efectivo direito à educação para todos os cidadãos, e oportunidades de formação ao longo da vida

### **3.2 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE ENSINO**

→ Garantia de financiamento adequado para todos os níveis do Ensino Público.

→ Máximo de 20 alunos por turma (18 no 1º CEB, 15 no Pré-Escolar, 15 no Ensino Recorrente).

→ Máximo de 3 níveis e de 5 turmas por professor (no 1º CEB máximo de 2 anos de escolaridade por professor).

→ Horário lectivo de 22 horas no Pré-escolar e no 1º ciclo e de 20 horas no 2º e 3º ciclos e Secundário.

→ Passagem para a componente lectiva de toda a actividade directa com alunos.

→ Garantia de complementos de formação adequados para os professores do ensino particular e cooperativo, utilizando os recursos existentes na UA.

→ Extensão da garantia de acesso imediato à profissionalização a todos os professores actualmente em exercício ou que, tendo tempo de serviço, hajam sido opositores ao concurso de 2008/2009, e que a não possuam.

→ Criação de equipas multidisciplinares, no 1º CEB, integrando as áreas das Expressões e da Educação Física e as Actividades de Enriquecimento Curricular.

→ Rejeição de qualquer tentativa de introdução do regime de mono docência no 2º CEB.

→ Lançamento **urgentíssimo** de um Plano de Reabilitação e de Equipamento e Reequipamento das escolas do 1º CEB.

→ Regulamentação urgente, em todas as suas vertentes, das condições mínimas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

→ Entrada urgente em funcionamento das Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho, há muito previstas na Lei.

### **3.3 - UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA AS ESCOLAS**

→ Reposição da efectiva eleição dos Órgãos de gestão pela comunidade escolar.

→ Rejeição de qualquer tentativa de municipalização ou privatização do Ensino Público.

### **3.4 - GARANTIA E APROFUNDAMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS E LABORAIS**

→ Exigência de integração no novo ECD do Ensino não Superior de todos os direitos sócio-profissionais dele retirados no anterior Estatuto.

→ Garantia de que, na transição para os novos ECDU e ECDESP, sejam mantidos todos os direitos adquiridos, uniformizando-os, em ambos os Estatutos, pelo regime mais favorável.

- Garantia de uma revisão globalmente favorável do CCT do Ensino Particular e Cooperativo.
- Equiparação salarial de todos os docentes das IPSS's aos do Ensino Particular e Cooperativo.
- Criação de quadros de dotação global para as carreiras docentes do ensino superior público, permitindo a normal progressão dos docentes nas carreiras.
- Negociação de um CCT para o ensino superior particular.
- Negociação de um CCT para as escolas profissionais e institutos de formação privados.
- Efectivação do direito dos docentes do pré-escolar a um calendário escolar igual ao dos restantes professores.
- Equiparação das pensões de aposentação aos salários dos professores no activo, em idênticas condições.
- Garantia de que **todos os Professores** que tenham sido opositores pelo menos a uma das fases do concurso para 2002/03, possam continuar a concorrer no actual quadro legal, sem quaisquer limitações temporais.

#### 4 - A ESTRUTURA DA FENPROF

Sendo óbvio que a situação ainda é grave e que é indispensável continuar a lutar **muito** para conseguir modificá-la, é também claro que deverão ser tomadas medidas organizativas, quer a nível interno da FENPROF, quer no seu relacionamento institucional com outras entidades, que facilitem a prossecução dos objectivos da FENPROF – sendo o fundamental a defesa dos interesses dos Professores, e também, a luta por uma Escola Pública democrática e de qualidade.

##### 4.1 - UMA ESTRUTURA MAIS DEMOCRÁTICA E EFICAZ

E a nível interno uma coisa é óbvia – a estrutura organizativa da FENPROF tem de ser capaz de dar uma resposta mais rápida e eficaz às situações de crise que surjam, como se tornou ainda mais evidente a partir de 2005.

Essa capacidade de resposta terá de passar por uma estrutura mais ligeira e operacional, com um Secretariado Nacional mais reduzido (**o actual tem 35 elementos**), com um Conselho Nacional (órgão máximo entre Congressos) que seja verdadeiramente representativo do Congresso, que se reúna mais vezes, e cujos membros se envolvam verdadeiramente na actividade da FENPROF, integrando os grupos de trabalho que se revelarem necessários.

Passa também pela assunção definitiva do princípio de que as grandes questões estratégicas e qualquer acordo global com o Governo sobre questões fundamentais para o futuro dos Professores deverão ser democraticamente referendadas por estes.

Como foi feito, **e bem**, em Abril de 2008 (no dia D) – e como não foi feito, **e mal**, em Janeiro deste ano.

##### 4.2 - REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL – MELHOR RESPOSTA AOS PROBLEMAS – UM DEBATE DEMOCRÁTICO

Uma melhor resposta aos problemas existentes implica um reforço da ligação da FENPROF aos Professores e do debate democrático das questões sectoriais e gerais que a estes afectam, o que é indissociável de uma ampla informação aos Professores.

Fundamental também se torna melhorar a preparação e capacidade de intervenção dos Quadros Sindicais, a nível nacional.

Para alcançar estes objectivos propomos a concretização das seguintes acções:

- Convocar Conferências Nacionais sectoriais para debate dos respectivos problemas
- Convocar uma Conferência Nacional, com Delegados eleitos nas Escolas, para debate dos problemas globais que afectam a Escola Pública e os Professores em Portugal.
- Realizar iniciativas nacionais, eventualmente descentralizadas, para formação de Quadros Sindicais.
- Editar de um boletim nacional, comportando uma versão electrónica, para formação e informação de dirigentes, delegados e activistas sindicais.
- Reorganizar o "Jornal da FENPROF", com elaboração de um estatuto editorial próprio, a aprovar no Conselho Nacional da FENPROF. Abertura **efectiva** das suas páginas às diversas correntes de opinião sindical.

#### **4.3 - PROPAGANDA E CONTRA-INFORMAÇÃO – UMA FRENTE FUNDAMENTAL DE LUTA**

O combate político-sindical passa cada vez mais por uma eficaz gestão dos meios de propaganda e contra-informação – **essenciais para a conquista da Opinião Pública.**

Nos três últimos anos a actuação da FENPROF nesta frente melhorou sensivelmente. Todavia, ainda há muito a fazer, nomeadamente adoptando, com urgência, as seguintes medidas:

- Criação de um Departamento de Informação e Propaganda, com uma estrutura ligeira, com a exclusiva responsabilidade de planificar, coordenar e concretizar as acções de propaganda, contra-propaganda, informação e contra-informação da FENPROF.
- Levantamento de, e participação sistemática em, todas as acções e acontecimentos relacionados com os Professores e o Ensino, garantindo uma exposição clara e convincente das posições da FENPROF.
- Em momentos de crise, envio sistemático, através da Internet, para as Escolas e para os sócios dos Sindicatos da FENPROF, **de comunicados sintéticos**, dando conta do evoluir da situação.

### **5 - AS RELAÇÕES DA FENPROF COM O MOVIMENTO SINDICAL**

#### **5.1 - A NÍVEL NACIONAL**

A FENPROF deverá continuar a pautar o seu relacionamento com o movimento sindical em geral, na base da não ingerência mútua e da unidade possível na acção, para defesa dos interesses dos trabalhadores em geral, e das liberdades democráticas.

#### **→ O RELACIONAMENTO COM A CGTP:**

Actualmente, a quase totalidade dos Sindicatos componentes da FENPROF integra a CGTP.

Central Sindical que, agrupando a maioria dos sindicatos mais representativos de Portugal, é também aquela com a qual, ao longo dos anos, a FENPROF e a maioria dos Sindicatos que a constituem sempre mantiveram relações privilegiadas.

Deve, todavia, reconhecer-se que esse relacionamento se traduziu, em algumas ocasiões, por uma clara subalternização dos interesses dos Professores em relação aos da CGTP, designadamente quanto à calendarização das acções de luta.

Situação que tem provocado, e ainda provoca, justificadas reticências em muitos professores, sócios dos sindicatos da FENPROF.

Por tudo isto, a FENPROF deverá continuar a pautar a sua conduta por um estreito relacionamento com a CGTP, **sem pôr em causa, todavia, em momento algum**, o desenvolvimento de **uma linha estratégica autónoma** que garanta efectivamente a defesa dos reais interesses dos Professores.

## **→ AS RELAÇÕES COM OS OUTROS SINDICATOS DE PROFESSORES**

A ofensiva desencadeada pelo governo, a partir de 2005, contra os direitos dos Professores, forçou a totalidade dos Sindicatos de Professores a aliarem-se à FENPROF numa “Plataforma Sindical de Professores”, a qual manteve a sua unidade até ao Outono de 2009.

Unidade que, tendo sido fundamental para um desenvolvimento da luta dos Professores, não pode, em caso algum, ser dissociada da posição dialogante e não sectária que, neste caso, foi assumida pelo Secretariado Nacional da FENPROF (e pelo seu Secretário-geral) ao longo de todo o processo.

## **→ A FRENTE COMUM DE SINDICATOS DA FUNÇÃO PÚBLICA**

A integração da FENPROF e dos seus Sindicatos na Frente Comum da Função Pública (FC) não tem tido resultados particularmente satisfatórios.

Isso deve-se fundamentalmente à pouca flexibilidade das estruturas da FC e ao facto de, em diversas ocasiões, o calendário de acção mais vantajoso para os Professores ser postergado pelos supostos interesses da generalidade dos Trabalhadores da Função Pública (TFP's), sem que se vejam, na prática, as vantagens deste procedimento.

Por tudo isto, torna-se indispensável:

- repensar a necessidade de uma nova estrutura de coordenação dos Sindicatos dos TFP's;
- sem pôr em causa a unidade de acção em questões comuns, não subordinar, em caso algum, os calendários reivindicativos dos Professores às decisões da FC.

## **5.2 - A NÍVEL INTERNACIONAL**

### **→ A IE E A CEES:**

A participação da FENPROF nas actividades da IE e da CEES tem sido globalmente positiva.

Não sendo possível esquecer, neste contexto, a acção persistente desenvolvida a favor da auto-determinação e independência nacional do povo de Timor-Leste (a partir da aprovação no III Congresso da FENPROF, em 1989, de uma moção nesse sentido, apresentada pelo Grupo de Sindicalistas Independentes).

Todavia, é fundamental que a agenda e a constituição das delegações da FENPROF aos Congressos promovidos por estas organizações passe a ser debatida e ratificada pelo Conselho Nacional, órgão máximo entre congressos.

### **→ AS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES DE PROFESSORES DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – A CPLP-SINDICAL DA EDUCAÇÃO**

Num contexto mundial em que a influência política passa, também e cada vez mais, por uma política cultural consequente, e a afirmação da identidade nacional de cada país é indissociável da capacidade de afirmação da sua especificidade cultural, a qual passa também pela língua, património comum de Portugal, Brasil e das nações resultantes da descolonização portuguesa, a aproximação às organizações sindicais de

docentes daqueles países é uma necessidade imperiosa e como tal tem sido entendida pela FENPROF que com elas tem mantido estreitos laços de colaboração, que conduziram, por ocasião do 8º Congresso, à formalização da CPLP-Sindical da Educação, para cuja constituição a FENPROF deu um contributo decisivo.

No contexto actual em que as pressões imperiais e neo-coloniais inerentes à chamada "Globalização" se acentuam, e em que, simultaneamente, os Professores de alguns desses países atravessam situações particularmente difíceis, torna-se indispensável que a FENPROF reforce os laços de colaboração existentes e dê o seu contributo decidido para que a CPLP-SE se torne um parceiro respeitado na definição das políticas educativas dos diversos países envolvidos.

## **6 - AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA FENPROF**

→ A FENPROF deverá continuar, como é óbvio, a participar em todos os órgãos nos quais tem assento de pleno direito, como o Conselho Nacional de Educação.

→ As relações da FENPROF com outros parceiros educativos, como a CONFAP, a CNIPE e as Associações de Estudantes, deverão ser mantidas e intensificadas, na medida do possível, não se podendo em momento algum esquecer o facto de os interesses dessas organizações poderem ser, por vezes, contraditórios com os dos Professores, os quais a FENPROF deve defender a todo o custo.

→ Quanto às relações com órgãos políticos ou de soberania (Associação Nacional de Municípios, Presidência da República, Partidos Políticos, etc.), a intervenção junto destes, pode revestir-se de grande importância, nomeadamente, no quadro político actual, no que concerne à Assembleia da República.

Todavia, tais contactos não poderão, em caso algum, subalternizar a acção sindical, devendo a FENPROF manter uma atitude de rigorosa independência em relação a qualquer poder político.

## **7- A OFENSIVA GLOBAL CONTRA OS PROFESSORES E A ESCOLA PÚBLICA – NOVA POLÍTICA OU COMPASSO DE ESPERA?**

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma progressiva tentativa, por parte dos sucessivos Governos, de retirar direitos sócio-profissionais aos Professores e de proceder a uma sistemática desvalorização da Escola Pública.

Política que sofreu um incremento brutal após a tomada de posse do anterior Governo, do qual se pode dizer que implementou um verdadeiro Plano Global para alcançar aqueles objectivos.

Com a tomada de posse do novo governo e da nova equipa do ME, a situação pareceu amenizar-se, o que não pode todavia, fazer-nos esquecer todos os aspectos negativos que ainda se mantêm em vigor – **e que não são poucos:**

### **→ Estatuto da Carreira Docente do Ensino não Superior**

A “revisão” feita em 2007, pode ser sintetizada em duas palavras – **uma pulhice.**

E o facto de algumas das disposições desse ECD já terem sido revertidas – **graças à luta dura e prolongada dos Professores portugueses** – não pode fazer-nos esquecer tudo o que nele e na legislação associada ainda existe de negativo, e cuja revogação exigirá ainda uma luta dura:

- O sistema de avaliação adoptado – **tudo, menos justo.**
- O roubo do tempo de serviço.
- As “quotas” e as vagas.
- A ausência de mecanismos de vinculação dinâmica dos Professores contratados.

## → **Legislação sobre Contratação de Professores**

A legislação actualmente em vigor permite e incentiva a contratação apenas para os períodos de leccionação efectiva, permitindo que muitos dos Professores contratados deixem de ganhar nas férias.

A isto há a acrescentar o regime de total desregulamentação em que se desenvolvem as contratações por escola – causa das maiores arbitrariedades.

Por último, temos a passagem de contrato administrativo de funções docentes para contrato a termo certo, com a consequente perda de direitos quanto à CGA e a férias e teremos a cereja em cima do bolo.

## → **Estatutos das Carreiras Docentes do Ensino Superior (ECDU e ECDESP)**

Neste campo, o governo sofreu, na AR, uma clara derrota na sua tentativa de despedir, mais ou menos sumariamente, centenas de professores do Ensino Politécnico com longos anos de serviço docente.

No entanto, torna-se fundamental que, na transição para os novos Estatutos, nenhum professor veja os seus direitos diminuídos, garantindo ainda que haja uma convergência de direitos, entre ambos os Estatutos, para o regime mais favorável.

## → **Criação do cargo de Director**

A criação do cargo de Director, pseudo-eleito e dotado de poderes quase ditatoriais insere-se claramente numa lógica de controlo político-partidário do sistema de ensino. Se efectuarmos o cruzamento da criação do cargo de Director com os projectos do Governo sobre contratação e o estabelecido no ECD sobre avaliação, teremos um quadro claro que aponta para a "empresarialização" da Escola Pública, com o Director a deter um poder quicá superior àquele que actualmente já têm os seus homólogos nos Hospitais – Empresa.

## → **Municipalização do Ensino Básico – Contratos de “Autonomia”**

A legislação aprovada pelo Governo anterior sobre a dependência do Ensino Básico em relação às autarquias, designadamente através da criação dos Conselhos Municipais de Educação, os quais poderão vir a ter competências na avaliação dos Professores, é um dos eixos centrais do Plano do ME, permitindo-lhe desresponsabilizar-se do Ensino Básico, e criando, simultaneamente, condições objectivas para o aparecimento de regimes diferenciados para as mesmas funções – à semelhança do que já sucede hoje em Espanha, no Brasil e nos EUA, por exemplo.

Em relação à existência de regimes diferenciados para iguais funções, o mesmo se poderá dizer quanto aos tão incensados Contratos de "Autonomia".

No caso dos Conselhos Municipais de Educação a FENPROF cometeu durante largos anos o erro gravíssimo de insistir na criação de Conselhos Locais de Educação. Isto apesar dos resultados negativos que experiências deste tipo vêm tendo desde há muito, nos EUA e em Inglaterra, por exemplo.

## → **Alteração das condições de Aposentação**

Foram drasticamente reduzidos direitos já adquiridos pelos Professores. Registe-se o facto, extremamente importante de, em 1993, ter sido criado um regime mais desfavorável para todos aqueles que ingressaram na Função Pública depois daquela data. Isto, sem qualquer reacção particularmente assinalável por parte dos Sindicatos.

## → **As actividades de enriquecimento curricular (AEC) – A privatização do Ensino Público**

Uma das “bandeiras” ditas educativas do actual governo foi a criação das AEC, medida que em si, se bem aplicada, poderia assumir um cariz positivo.

Infelizmente, nada disso sucedeu.

Na prática a aplicação das AEC apenas tem servido para encher os bolsos a umas quantas empresas privadas de contratação de docentes, miseravelmente explorados e forçados a actuar num contexto de quase total ausência de condições pedagógicas.

Sendo também óbvio que este pode ser um primeiro passo no caminho da privatização do Ensino Público.

Este é, indubitavelmente, um dos sectores em que a FENPROF acordou tarde – e **onde tem que intervir muito mais do que o tem feito.**

### **→ A desresponsabilização pelo Ensino Superior Público**

Durante a anterior Legislatura, o Governo do sr. Pinto de Sousa enveredou decididamente por medidas que no âmbito de “recomendações” da OCDE e da OMC, transferiram o Ensino Superior Público para um limbo (“fundações” com algum financiamento público, com muito controlo privado e com reitores pseudo-eleitos pelo poder económico) – tudo muito adequado à sua privatização.

Intenção que certamente levou à entusiástica e veloz aplicação, pelo governo, do famosíssimo “modelo de Bolonha”, no qual os “mestrados” (na prática, as anteriores licenciaturas) na sua generalidade, passarão a ser pagos integralmente pelos alunos.

## **8 - A RESPOSTA DA FENPROF**

Perante uma ofensiva governamental de uma dureza nunca antes vista, qual foi a resposta do Secretariado Nacional (SN) da FENPROF?

Numa primeira fase, entre Abril de 2005 e Abril de 2007, a reacção do SN caracterizou-se por um notório atraso e timidez na resposta aos ataques do governo.

Atraso e timidez que comprometeram claramente a eficácia das medidas tomadas pelo SN para combater a ofensiva governamental.

Com as mudanças ocorridas na composição do SN, na sequência do 9º Congresso da FENPROF, em Abril de 2007, assistiu-se a uma clara revitalização da acção sindical.

Com respostas mais rápidas aos ataques do ME, com um claro melhoramento na utilização da Comunicação Social e com uma reactivação da Plataforma Sindical de Professores, já anteriormente criada.

Todavia, algo se manteve igual – **a falta de uma visão global dos problemas.**

**E esta é uma crítica fundamental a fazer à acção do SN – a ausência de uma visão estratégica para a luta sindical.**

Ausência que tem levado, e continua a levar, à subestimação das capacidades de luta e de resistência dos Professores.

Como se verificou com a “manifestação dos 120 000” que, goste-se ou não (e nós não gostámos), só foi convocada a reboque daquela que havia sido anunciada pelos “movimentos” para daí a quinze dias.

Como se verificou também com o deficiente apoio dado, em Dezembro de 2008/Janeiro de 2009, ao movimento de não entrega de objectivos individuais – o que conduziu ao seu esvaziamento e, em numerosas escolas, ao isolamento de um punhado de resistentes.

E esta crítica não significa que ignoremos, ou subestimemos, o trabalho desenvolvido na mobilização e esclarecimento dos Professores, nem o enorme esforço de organização que esteve subjacente às grandiosas manifestações de Março e de Novembro de 2008.

Mas também ninguém pode ignorar, ou escamotear, o facto de, em momento algum, o SN ter afirmado claramente uma estratégia coerente para enfrentar e derrotar a ofensiva governamental contra os Direitos dos Professores

E se, apesar desta insuficiência, a FENPROF conseguiu alcançar resultados positivos com o “acordo de princípios” de 8 de Janeiro, tal foi obtido num quadro político de evidente fragilização governamental – que é essencial aproveitar.

**Até porque existem ainda problemas bem graves para resolver.**

## 9 - AUSÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA SINDICAL CLARA – SUAS CONSEQUÊNCIAS

Desde sempre que o Grupo de Sindicalistas Independentes (GSI), tem vindo a defender, **no seio da FENPROF e dos seus Sindicatos**, a imprescindibilidade da existência de uma estratégia sindical de acção – única forma de responder eficazmente e com antecipação à política anti-educativa e anti-sindical que os diversos Governos têm, sucessivamente, posto em prática.

Também desde sempre tem sido notória a aversão das cúpulas sindicais da FENPROF (SN), à existência de planos de luta, nomeadamente quando estes prevêm greve às avaliações e exames e (suprema heresia!) propõem a ratificação democrática das formas de luta – e dos acordos alcançados (ou a alcançar) com o ME.

**Um exemplo:** em Novembro de 2007, a Assembleia Geral do SPGL aprovou a realização de uma Conferência Nacional sobre o ECD, com Delegados eleitos, a qual teria como missão elaborar um Plano de Acção para enfrentar a ofensiva do ME.

Apesar de o Secretário-Geral da FENPROF, professor Mário Nogueira ter, nesse mesmo dia, manifestado o seu apoio à concretização da Conferência, **o SN nunca mais falou no assunto.**

É claro que a ideia de uma conferência deste tipo não agrada à maioria dos membros do SN.

Também as sucessivas propostas apresentadas pelo Grupo de Sindicalistas Independentes desde Junho de 2006, para a realização de um Referendo entre todos os Professores sobre o conteúdo do “ECD do ME”, foram sendo olímpicamente ignoradas pelo SN.

Situação que pareceu sofrer, finalmente, uma clara e positiva alteração quando, no dia D, em Abril de 2008, os sindicatos consultaram os professores sobre o famoso “entendimento”.

**Pura ilusão** – quando, na sequência do “acordo de princípios” de 7 de Janeiro, o Grupo de Sindicalistas Independentes propôs a realização de um Referendo sobre o mesmo, nos moldes do “dia D”, a proposta nem sequer foi considerada pelo SN.

Chegando um elemento do SN a afirmar, numa reunião do seu Sindicato, que o referendo não se poderia realizar, porque seria vinculativo – **e o SN não retiraria, em caso algum, a sua assinatura do “acordo”.**

É claro que, para além das suas consequências objectivas, atitudes como as referidas anteriormente, têm consequências subjectivas muito graves.

Designadamente, o perigo de que se instale no espírito de um número significativo de Professores a crença de que todo o capital de luta acumulado durante os dois últimos anos foi desbaratado e que não valerá a pena avançar para novos combates.

Não devendo ser aqui ignorado o aproveitamento que alguns fazem, com apelos à desindicalização massiva, pois: “os sindicatos não defendem adequadamente os professores”. Movimento que grassa na internet, com alguma intensidade, e que não deve ser subestimado

É a estes “estados de alma” que **todos nós** teremos de vencer.

O que passa pela recuperação da confiança dos Professores em novas Vitórias – **Vitórias inteiras, e não meias vitórias.**

Recuperação indissociável da existência de um Plano de Luta, global, coerente e democrático.

Plano que não poderá, em caso algum, adoptar uma perspectiva meramente defensiva, importante mas insuficiente, de negociação da regulamentação do ECD. Mas terá de ter também uma **perspectiva ofensiva**, consagrando alguns **objectivos fundamentais:**

- Vinculação dinâmica dos professores contratados
- Suspensão imediata do actual modelo de avaliação
- Restauração da gestão democrática das Escolas

- Oposição firme à municipalização e à privatização do Ensino Público
- Equiparação das pensões de aposentação aos salários dos professores no activo, em idênticas condições
- Melhores condições de ensino nas Escolas – **máximo de 20 alunos por turma**

## **10 - DEVOLVER O PODER AOS PROFESSORES – LUTAR PARA VENCER**

Os Professores portugueses encontram-se, neste momento, numa encruzilhada.

Por um lado, conseguiram desbloquear a questão da progressão na Carreira – para aqueles que estão na carreira.

Por outro continuam a ser confrontados com o roubo do tempo de serviço, com uma pseudo-avaliação indigna e unanimemente rejeitada, com a situação de precariedade de um terço da Classe docente.

Esta situação continua a exigir medidas fortes. Exige um **Plano de Luta**, Global, Coerente e Democrático.

Plano que terá de adoptar uma **atitude ofensiva**, explorando a fragilidade conjuntural do Governo. Indo, se necessário, até à greve às avaliações.

Plano cujas linhas gerais constarão de uma Moção de Estratégia que apresentaremos ao Congresso.

Plano cuja aplicação e resultados terão de ser democraticamente ratificados pelos Professores.

Por que é necessário

# **Devolver o Poder aos Professores**

**1º Subscritor:**

**Carlos Vasconcellos - SPGL**